

Minuta - CONTRATO Nº \_\_\_\_

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com endereço na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande, neste ato representado, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei Orgânica do Ministério Público, por seu Procurador-Geral de Justiça \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por \_\_\_\_\_, (qualificação), resolvem firmar este contrato, decorrente do Processo nº 09.2023.00000104-1, vinculado ao Pregão \_\_\_\_, regido pela Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações), e pelas cláusulas e condições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1. Contratação de serviços de seguros veiculares para 152 (cento e cinquenta e dois) veículos da frota do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;
- 1.2. As descrições, quantitativos e especificações do objeto constam no Edital, no Termo de Referência e seus adendos, que integram este contrato, independente de transcrição ou anexação;
- 1.3. O objeto será executado sob o regime de empreitada por preço global, lote único.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 2.1. O prazo contratual do presente objeto será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, Inciso II da Lei nº 8.666/93.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

- 3.1. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial de alinhamento entre o Gestor, Fiscais e Representantes da empresa, momento no qual as partes serão apresentadas e serão dirimidas eventuais dúvidas;
- 3.2. A cobertura dos veículos assegurados deverá considerar como região principal de circulação o Estado de Mato Grosso do Sul (Capital e Interior), entretanto, deverá ter abrangência em todo território nacional;
- 3.3. As apólices deverão possuir as seguintes coberturas:
  - A - Indenização Integral/Parcial do Veículo (dano, furto, roubo, incêndio): 110% do VMR (Tabela FIPE);
  - B - Danos materiais de terceiros: .....R\$ 100.000,00;
  - C - Danos corporais de terceiros: .....R\$ 100.000,00;
  - D - Morte acidental (por passageiro): .....R\$ 18.000,00;
  - E - Invalidez Permanente (por passageiro): .....R\$ 18.000,00;
  - F - Cobertura para vidros e retrovisores (não aplicável aos veículos motocicletas);
  - G - Assistência em Viagem, sem limite de quilometragem;
  - H - Assistência técnica 24 horas (socorro, guincho e transporte de passageiros), com cobertura para hipóteses de acidente (colisão, choque, abaloamento, incêndio, roubo ou furto) e pane de qualquer natureza, dentro e fora do estado;
  - I - Franquia obrigatória.
- 3.4. Quando houver a necessidade de se proceder à vistoria dos veículos oficiais, a contratada deverá comunicar à Divisão de Transporte, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, com endereço na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, por meio do telefone (67)3318-2110, onde serão agendadas as vistorias (interior e capital);

- 3.5. A empresa seguradora deverá considerar que os veículos a serem segurados são veículos oficiais e não possuem condutores fixos;
- 3.6. Os veículos são guardados em garagem, no interior dos prédios do MPMS, onde existem sedes próprias, e, em lugares onde não existem as sedes próprias, estes são guardados nas garagens do Fórum Local.
- 3.7. Não há necessidade de carro reserva em caso de sinistro;
- 3.8. Tratando-se da necessidade da contratada modificar a apólice de veículo oficial, em decorrência de alteração de características, tal como a blindagem, o contratante comunicará imediatamente para que seja efetivada a alteração da apólice;
- 3.8.1. Observa-se que, atualmente, a frota do contratante possui 1 (um) veículo com alteração de características (blindagem);
- 3.9. Nos últimos 5 (cinco) anos ocorreram 2 (dois) sinistros envolvendo veículos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;
- 3.10. Será de livre escolha do MPMS a oficina para o reparo dos veículos sinistrados, nos termos da Lei Estadual nº 4.524/2014;
- 3.11. Da entrega das apólices:
- 3.11.1. A Contratada deverá emitir as apólices de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da assinatura do contrato, oferecendo cobertura contra prejuízos e despesas devidamente comprovados e decorrentes de riscos cobertos até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- 3.11.2. As apólices deverão ser enviadas por e-mail para o endereço eletrônico: [s\\_gerais@mpms.mp.br](mailto:s_gerais@mpms.mp.br);
- 3.11.3. Eventuais contatos poderão ser realizados pelo telefone (67) 3318-2075 ou pelo e-mail: [s\\_gerais@mpms.mp.br](mailto:s_gerais@mpms.mp.br).

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 4.1. Participar da reunião de alinhamento de que trata o item 3.1, na data e horário marcados conforme conveniência da Administração;
- 4.2. Cumprir fielmente as obrigações contratuais de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição;
- 4.3. Emitir apólices de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da assinatura do contrato, oferecendo cobertura contra prejuízos e despesas devidamente comprovados e decorrentes dos riscos cobertos até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- 4.4. Oferecer serviços de assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas, dentro e fora do Estado;
- 4.5. Emitir documento que contenha os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importância seguradas), franquias, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como modificações que produzam durante a vigência do seguro alterado através do endosso;
- 4.6. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo MPMS, adotando imediatas providências;
- 4.7. Disponibilizar um canal de comunicação que deve ser composto de, no mínimo: um número de telefone, um e-mail e/ou site na internet, para o registro de sinistros ou qualquer outra eventual necessidade do Contratante, com atendimento 24 (vinte e quatro) horas, sete dias por semana, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico de voz;
- 4.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

- 4.9. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pelo contratante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da comunicação;
- 4.10. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 4.11. O seguro deverá cobrir os riscos provenientes da circulação do bem segurado, as despesas indispensáveis ao seu salvamento e transporte até a oficina indicada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços oferecidos pela seguradora correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, relacionadas neste Contrato e no Termo de Referência;
- 4.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.13. Disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes;
- 4.13.1. A responsabilidade pelo correio eletrônico fornecido é da contratada, de modo que, qualquer alteração desse endereço deverá ser comunicada ao MPMS, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos;
- 4.13.2. Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimada a contratada no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação;
- 4.13.3. A contratada deverá confirmar o recebimento das mensagens provenientes do MPMS, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas;
- 4.14. Observar a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, devendo, adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo MPMS;
- 4.15. A contratada fica obrigada a comunicar ao MPMS, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1. Convocar a Contratada para a reunião de alinhamento, a fim de atender ao previsto no item 3.1;
- 5.2. O MPMS se obriga a proporcionar à seguradora vencedora todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 5.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 5.4. Comunicar à seguradora vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 5.5. Permitir e facilitar a vistoria dos bens a serem segurados;
- 5.6. Informar à seguradora ganhadora sempre que houver transferência de veículo;
- 5.7. Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias pela cobertura dos seguros objetos deste Contrato;

- 5.8. Rejeitar, no todo ou em parte, as apólices em desacordo com as obrigações assumidas pelo agente de seguros ou empresa especializada no ramo de atividades de seguros;
- 5.9. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO E DO REAJUSTE

- 6.1. O valor total desta contratação é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_);
- 6.2. O pagamento será efetuado pelo MPMS, por meio de ordem bancária a favor da contratada, até o 15º (décimo quinto) dia, após o aceite da efetiva entrega da apólice de seguros, emitida nos termos pactuados, por parte do Fiscal Técnico e/ou Requisitante, e ainda, após a Nota Fiscal/Fatura ter sido devidamente atestada por servidores da Divisão de Transportes/PGJ;
- 6.3. Para a hipótese de pagamento após o prazo supramencionado, de forma injustificada, o valor constante no documento fiscal deverá ser corrigido monetariamente "*pro rata die*" com base no IPCA IBGE ou outro que vier a substituí-lo, e acrescido de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, também calculado "*pro rata die*";
- 6.4. A contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, o nome do banco, respectiva agência e número de sua conta bancária;
- 6.5. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o atesto a partir do recebimento da nota fiscal/fatura corrigida;
- 6.6. A contratada deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, para fins de pagamento, as seguintes certidões que comprovem sua habilitação:
- 6.6.1. Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União;
- 6.6.2. Certidão Negativa de Débito, expedida pela Previdência Social ou Secretaria da Receita Federal do Brasil, admitindo-se a comprovação conforme a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 2-10-2014, e alterações;
- 6.6.3. Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, conforme Lei nº 8.036/90, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 6.6.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;
- 6.6.5. Certidão Negativa Tributária emitida pela Secretaria de Fazenda ou por outro órgão competente para a expedição no Estado de domicílio-sede da licitante;
- 6.6.6. Certidão Negativa de Débitos, referente à Fazenda Pública Municipal, Débitos Mobiliários e Imobiliários ou Certidão Negativa de Débitos Gerais;
- 6.6.6.1. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 6.7. O valor contratual poderá ser reajustado, visando à adequação aos novos preços de mercado, observando o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta, ou da data do último reajuste, aplicando-se o IPCA-IBGE ou, na insubsistência deste, por outro índice que vier a substituí-lo;
- 6.8. A contratada poderá exercer seu direito ao reajuste dos preços até a data da prorrogação contratual subsequente;
- 6.9. Caso a contratada não solicite o reajuste no prazo estipulado no item 6.9, ocorrerá a preclusão do direito.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta do \_\_\_\_, Programa de Trabalho \_\_\_\_, Fonte \_\_\_\_, Elemento de Despesa \_\_\_\_, nos termos da Nota de Empenho nº 20\_\_NE000\_\_\_\_, de \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_.

LD

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A Fiscalização e Gestão do Contrato caberão a servidores que serão designados formalmente por meio de portaria específica.

## 9. CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/1993, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor global do contrato, por ocorrência injustificada que resulte na má qualidade ou atraso na execução dos serviços ou na entrega das apólices de seguro ao contratante, que não deverá ultrapassar a 10% (dez por cento) do valor global do Contrato;

9.1.3. Multa por inexecução parcial do objeto, no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do Contrato;

9.1.4. Multa por inexecução total do objeto, no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do Contrato;

9.1.5. Multa por não entrega de proposta ajustada ao preço final ofertado, documentação exigida para o certame ou contratação ou ainda recusa em assinar o Contrato, no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor total ofertado pelo licitante;

9.1.6. Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

9.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

9.2. As multas previstas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4 e 9.1.5, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nos subitens 9.1.6 e 9.1.7;

9.2.1. No caso de não recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a contratada ou ajuizada a dívida, consoante o §3º do artigo 86 e §1º do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

9.2.2. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

9.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

9.4. Além da aplicação das sanções supracitadas, a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar a sua rescisão com as consequências previstas em contrato, lei ou regulamento, nos termos dos artigos 77 e seguintes, da Lei Federal nº 8.666/93;

9.5. Incorrerá nas penas e crimes pertinentes todo aquele que, imbuído de má-fé, frustrar ou fraudar o caráter competitivo e legal das licitações;

9.6. A contratada estará sujeita à penalidade de multa por inexecução parcial do objeto se deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

LD



10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 (aplicada subsidiariamente);

10.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência do Contratante (art. 79, da Lei n.º 8.666/1993 - de aplicação subsidiária);

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pelo Contratante, sem prejuízo das cominações previstas na Cláusula Nona.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES**

11.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos ou supressões, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666 de 1993, na Lei n.º 10.520, de 2002, Decreto Federal n.º 10.024/19 e demais normas federais aplicáveis, segundo a Resolução n.º 020/2017-PGJ, de 25 de agosto de 2017 e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos e as disposições de direito privado;

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

13.1. A este Contrato será dada publicidade, por intermédio de publicação de extrato no Diário Oficial do Ministério Público Estadual, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/1993, ficando as despesas por conta do Contratante.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Este contrato mantém-se vinculado aos termos do procedimento licitatório e à proposta que o originou;

14.2. É vedada a transferência/subcontratação, total ou parcial, do objeto deste contrato;

14.3. Nenhum pagamento isentará a Contratada de suas responsabilidades;

14.4. Qualquer tolerância do Contratante quanto a eventuais infrações contratuais não implicará renúncia a direitos e não poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente;

14.5. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado repassado em decorrência da contratação e/ou fornecimento para finalidade distinta daquela do objeto contratado e/ou fornecido, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

14.6. Em atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), para a execução do serviço objeto deste Contrato, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da contratada, tais como o número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual;

14.7. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações — em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis — repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual;

14.8. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

14.9. As partes responderão Administrativa e Judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

14.10. A contratada declara seu expresso consentimento quanto ao uso, pelo contratante, das informações e dados pessoais, e os dados pessoais sensíveis, se for o caso, por ela repassados em decorrência desta contratação e/ou fornecimento, de acordo com o disposto na Lei Federal n.º 13.709/2018.

14.11. A contratada se declara ciente da existência da Política Antifraude e Anticorrupção do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Resolução n.º 024/2021-PGJ, de 1 de julho de 2021, podendo acessá-la por meio do endereço eletrônico <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas>;

14.12. As partes se comprometem, durante a execução do contrato, a atuar em conformidade com a Política Antifraude e Anticorrupção do MPMS (Resolução n.º 024/2021-PGJ, de 1 de julho de 2021, o Código de Ética e de Conduta dos servidores do MPMS (Resolução n.º 025/2021-PGJ, de 1 de julho de 2021.); a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), de 19 de agosto de 2013, o Decreto n.º 11.129, de 11 de julho de 2022, cumprindo as determinações e diretrizes desses documentos na realização de suas atividades;

14.13. As partes, sob as penas previstas na legislação, devem observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis contra a fraude e a corrupção;

14.14. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da contratada, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

14.15. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto n.º 11.129/ 2022, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

14.16. Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei n.º 12.846/2013;

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campo Grande/MS, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente para dirimir questões oriundas deste contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Campo Grande/MS, (data da assinatura).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
Procurador-Geral de Justiça

CONTRATADA

LD